

Ata da sessão extraordinária da oitava legislatura da Câmara Municipal de Ulianópolis, realizada em dezoito de maio de dois mil e vinte e três. Presidente em exercício: -vereador Givaldo Mesquita, 1º secretário em exercício: vereador Babal do Povo e 2º secretário em exercício: vereador Heider Carvalho. Aos dezoito dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, às 09:00 horas, no prédio da Câmara Municipal, além da mesa acima referida compareceram ainda os seguintes vereadores: Marcell Gineli, Luiz Estevan Guzman, Nilton do Salão, Igor Gatti e vereadora Eliana Aguilar. Havendo quórum legal o presidente declarou aberta a sessão extraordinária para votação do projeto de lei nº 479/2023 que dispõe sobre a alteração da lei nº 188, de 23/12/2004 que dispõe sobre o plano de cargos e salários dos servidores municipais de Ulianópolis, revoga dispositivos da lei nº 331 de 16/09/2013, solicitou a leitura bíblica do dia feita pelo vereador Marcell, solicitou da secretária a leitura da proposição do dia. Ato seguinte o presidente colocou em 2ª discussão o projeto de lei nº 479/2023, encerrada a discussão foi colocado em 2ª votação, sendo o mesmo aprovado por maioria simples de voto, votaram contra os vereadores Luiz Estevan e Marcell Gineli. Ato seguinte o presidente franqueou a palavra aos senhores vereadores e vereadora. O vereador Marcell solicitou a palavra, referenciou aos presentes leu o artigo 73 da lei Orgânica municipal e questionou a urgência da votação do projeto de lei nº 479/2023 sem discussão nas comissões e sem parecer da comissão de justiça, disse que, através da fala de seus colegas o vereador Babal e do vereador Jarles, reproduziu os áudios das falas de seus colegas, descobriu o real motivo, disse que esses servidores já estão trabalhando, e esclareceu que a gestão primeiro contratou e que agora precisa criar a lei para legalizar a situação junto ao ministério público, leu o ofício que o MP enviou para o poder executivo municipal onde pede a relação de assessor especial nível III, é que existem atualmente, 43 assessores nível III contratados e a lei permite apenas 12, criticou o impacto financeiro enviado anexo ao projeto, e ainda, que foram criadas as nomenclaturas sem suas respectivas atribuições, o vereador classificou o projeto como um ato ilegal do executivo, e disse que, primeiro se cria os cargos e posteriormente faz a contratação, e a forma como o executivo quer fazer fere a lei orgânica do município e a lei de responsabilidade fiscal e quem aprovar será conivente com a ilegalidade, disse ainda que o MP não sabia do que chamou de bagunça administrativa que está acontecendo, mas havia conversado com o promotor e passou toda a situação, e disse ainda que não adianta burlar a lei para mascarar atos ilegais, isso é crime, deixou claro que não é contra a gestão, porém jamais irá aprovar um ato ilegal, e pediu a Deus que abençoasse a cidade diante de tanta desorganização e finalizou deixando um forte abraço a todos. Em seguida o vereador Estevan solicitou a palavra, referenciou aos presentes, falou que era contra a aprovação do Projeto nº 479/2023, pois não irá pagar pela ilegalidade, e que foi chamado de doido pelo vereador, mas que esse mesmo vereador havia sido contra, na gestão passada, da criação do cargo de secretário adjunto e ainda de assessor, citou outros atos que ele foi contra, e que hoje o mesmo vereador não luta por nada, falou que não está nesta casa para mentir e que irá honrar cada voto que recebeu, irá lutar pelo bem do povo e não para benefício próprio, e que está aqui pelo município e pelo povo, e que o povo acredita em Fake News e finalizou dizendo que, se não respeitam um Padre imagina um vereador. Em seguida o vereador Heider solicitou a palavra, referenciou aos presentes e disse que não se tratava de uma briga de religião, muito menos do bem contra o mau, e que não era de acordo com a forma como estavam debatendo a questão, concorda que haja divergência de ideias e não de pessoas, e que na sua opinião não há ilegalidade no projeto e também que o impacto financeiro apresentado está correto segundo o vereador, citou ainda a art. 109 do regimento interno, defendeu sua interpretação do artigo, falou que todos os 11(onze) vereadores estão aqui lutando pelo bem do povo, não é uma briga do céu e inferno são apenas divergências de opinião e finalizou agradecendo. Em seguida o vereador Babal, solicitou a palavra, referenciou aos presentes e disse

ao vereador Marcell que na sessão passada havia falado apenas a verdade, e os problemas que a gestão está enfrentando hoje são reflexos de gestão anterior, e que o município cresceu e se faz necessário mais pessoas trabalhando, e por não haver os cargos equivalentes os profissionais foram lotados como assessor III, e que o projeto é apenas para legalizar os cargos, e não se trata de uma briga de religião, disse ainda que já estão trabalhando para corrigir os salários dos vigias, das serventes, das merendeiras e serviços gerais, que a gestão está preparando o PCCR para beneficiar todos os servidores, e que o impacto financeiro é muito grande e depende de um estudo, mas que será encaminhado a esta casa para aprovação. O vereador Marcell solicitou um aparte o que não foi concedido. O vereador Babal continuou dizendo que não permitiria aparte para não criarem polemica e tumulto, e ainda que esta casa não irá se intimidar por conta de um grupo e finalizou desejando um bom dia a todos, e não havendo mais nada a tratar o presidente agradeceu e em seguida declarou encerrada a sessão.